



JOURNAL Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • Nº 179 • Quarta-Feira, 22 de Fevereiro de 2017 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



PR NO MIREME

PRODUZIR MAIS PARA ALIMENTAR O ESTADO

Pág. 3



Governo extingue TPB e transfere recursos para Beira e Dondo

Pág. 2



PARA SE REERGUER DO "DINEO"
Inhambane necessita de mais
De 1 bilhão de metcais

Pág. 10



ARRECAÇÃO DE RECEITAS
AT aposta em auditoria e fiscalização

Pág. 7

GOVERNO EXTINGUE TPB E TRANSFERE RECURSOS PARA BEIRA E DONDO



O Conselho de Ministros aprovou ontem um decreto que extingue a Empresa Transportes Públicos da Beira (TPB) e transfere recursos humanos, materiais e patrimoniais, bem como as competências de transporte urbano, para gestão dos municípios da Beira e Dondo, ambos na província de Sofala.

Segundo explicou a porta-voz do Governo, Ana Comoana, a medida enquadra-se no processo de descentralização em curso no país desde a introdução da auctarização.

O processo de repartição dos recursos vai ser definido nos próximos dias pelos ministros dos Transportes e Comunicações e da Economia e Finanças.

Com a transferência dos recursos, os municípios vão ter responsabilidade de explorar as rotas de transporte público de passageiros circunscritas à sua área de jurisdição. Porém, segundo explicou a governante, o município da Beira deve abranger, igualmente, as rotas das áreas circunvizinhas, como é o caso das que se situam na Estrada Número 6.

Nos últimos tempos, a empresa Transportes Públicos da Beira vem enfrentando dificuldades operacionais, com a paralisação de alguns autocarros devido

a avarias e corte de subsídios aos funcionários.

Recentemente, parte dos trabalhadores daquela empresa pública paralisou as suas actividades reivindicando o atraso no pagamento do 13.º salário e corte de subsídios que vinham auferindo.

A TPB conta com 354 trabalhadores e explora as rotas da cidade da Beira, Mafambisse, Mutua e Savane, no Dondo.

Ainda ontem, o Governo aprovou uma proposta de lei das garantias mobiliárias, a ser submetida à Assembleia da República, a qual tem em vista a diversificação da segurança jurídica na constituição de garantias sobre coisas móveis. Com esta lei, vai-se ampliar e diversificar o leque dos meios admitidos como garantias nas relações civis e comerciais entre particulares e empresas, como é o caso de empréstimos bancários e outros.

Por exemplo, móveis não sujeitos a registo de propriedade já podem ser usados também como garantias, através do reconhecimento legal dos mesmos. Trata-se de uma prática já em curso no país entre instituições de microfinanças, mas que não estava legalizada.

"Isto vai contribuir para maior acesso ao crédito por parte dos particulares e de pequenas e médias empresas, que têm dificuldades de acesso a estes recursos",

disse Comoana, salientando que o outro objectivo da lei é reduzir os custos de crédito que decorrem das garantias tradicionais, que se baseavam nas coisas imóveis ou móveis sujeitas a registo.

Assim, são admitidos como objectos de garantia os direitos de propriedade intelectual, produtos agro-pecuários, títulos, recursos minerais e petrolíferos, inventários, empresas comerciais, entre outros.

Para o efeito, vai ser criada uma entidade responsável pelo registo de garantias.

Ainda ontem, o Governo aprovou o decreto aplicável à entrada de estrangeiros no país, assim como o que altera o regulamento de jogos de azar.

O Governo apreciou igualmente a situação de emergência no país no período que vai de 14 a 21 de Fevereiro, com destaque para os efeitos do ciclone Dineo, que afectou com maior incidência a província de Inhambane. Também apreciou os preparativos da visita oficial do Presidente da República Árabe Saaraui Democrática, de 21 a 23 de Fevereiro corrente, bem como a situação da captação, produção e distribuição de água nas cidades de Maputo, Matola e distrito de Boane.



Recursos Minerais e Energia

NYUSI EXIGE PRODUTIVIDADE E RENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES



O Presidente da República interagindo com funcionários do MIREME

O sector dos Recursos Minerais e Energia possui grande potencial para alavancar a economia nacional, sobretudo nestas alturas em que se implantam diversas infra-estruturas para viabilizar a execução de alguns projectos estruturantes, exemplo de exploração de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma, por companhias internacionais como a ENI e a Anadarko. A exploração do carvão mineral pelas multinacionais localizadas na bacia carbonífera de Tete também está a ganhar alento com a sub-

da do preço deste minério no mercado internacional depois de ter registado uma queda acentuada.

A área da energia está igualmente a ganhar vigor com os projectos de gás liquefeito, instalação de centrais térmicas a gás nos diversos pontos do país, bem como construção de barragens e outras infra-estruturas de geração de energia eléctrica.

Apesar disso, o Presidente da República exige maior produtividade e rentabilidade para melhor contribuir para as receitas públicas. Filipe Nyusi fez estas considerações semana passada, na visita que

efectuou ao Ministério dos Recursos Minerais e Energia, no âmbito das visitas aos vários mistérios.

Depois de escalar diversas direcções e instituições subordinadas e tuteladas por este pelouro, nomeadamente a direcção Nacional de Geologia e Minas, a EDM e os institutos nacionais de Minas e de Petróleos, o Chefe do Estado orientou um Conselho Consultivo em que exigiu mais trabalho e maior rentabilidade.

"Viemos viver e conhecer mais este sector e falar directamente com os que estão no terreno. O ministério faz parte

da área produtiva e económica, portanto vínhamos reforçar o papel para que haja mais produção. É preciso produzir dinheiro nas empresas como EDM, Petromoc, HCB, ENH e mesmo Instituto de Petróleos porque nos interessa a questão da rentabilização", salientou o PR no final do encontro que durou cerca de três horas.

Ainda no mesmo encontro foi abordada a redução de custos. Segundo Nyusi, é preciso que as empresas poupem mais para que o país tenha recursos.

SOLUÇÃO DE DÍVIDAS

Filipe Nyusi disse ter ficado preocupado com as elevadas dívidas que muitas empresas públicas e privadas, incluindo internacionais, têm com a Electricidade de Moçambique (EDM) e a Petromoc.

Mesmo sem quantificar os valores em causa, disse que a situação era preocupante, daí a necessidade de uma reflexão profunda para se encontrar uma solução.

"Interessava-me ver também a questão da dívida. Há muitas dívidas. Muitas empresas do Estado e privadas não pagam energia à EDM; combustível à Petromoc, incluindo empresas internacionais que estão no Zimbabwe ou Zâmbia, e isso não as viabiliza, até certo ponto. Temos que fazer uma reflexão profunda para ver esta questão", - referiu o PR.



DESEMPENHO DO SECTOR SATISFATÓRIO



O desempenho do sector dos Recursos Minerais e Energia durante o ano 2016 foi satisfatório, ao atingir 102,7 por cento da meta estabelecida no Plano Económico e Social e uma taxa de crescimento de 15,3 por cento em relação a 2015. O carvão metalúrgico e térmico, areias pesadas e gás natural ocuparam lugares de destaque. As exportações registaram um aumento de 33

por cento.

No tocante às várias áreas que compõem o Ministério dos Recursos Minerais e Energia, segundo explicou a respectiva ministra, Leticia Klemens, no sector da energia o plano foi realizado em 92 por cento, mas a geração deste recurso decresceu em 2 por cento devido ao défice hidrológico que originou a redução dos níveis de armazenamento de água

nas principais albufeiras, particularmente na Cahora Bassa.

Em relação ao consumo de energia, a governante disse que a taxa de acesso neste momento ronda os 28,6 por cento, enquanto o consumo da energia solar aumentou em 39 por cento.

Em termos de realizações, Klemens disse que em 2016 foi feita a operacionalização da central térmica flutuante a óleo pesado (HFO) em Nacala, com capacidade de 115 MW; início do funcionamento da central térmica a gás natural da Gigawatt, em Ressano Garcia, com capacidade de 100 MW.

Também foi concluída a reabilitação das centrais hidroeléctricas de Mavuze Chicamba e as linhas de alta tensão Lionde/Mapai e Chitamba/Chibata/Dondo; a electrificação do distrito de Marara e dos sistemas de compensação em Mocuba e Alto Molócuè.

Segundo Klemens, falta concluir a montagem da estação redutora de pressão de gás natural de Kuvaninga; central de ciclo combinado de Mapu-

to; construção da central de energia solar de 40 MW, em Mocuba; e o sistema de compensação em Chimuarra.

"Estão por electrificar as novas sedes dos distritos de Molumbo, Derre e Mulevala e a montagem de transformadores de potência em Manica, Tete, Pemba, Lionde e Nampula", - referiu.

Recorde-se que o plano do Governo para o presente quinquénio prevê o aumento da produção de energia e o consumo interno, bem como as vendas ao exterior, com a construção das centrais eléctricas de Mpanda Nkuwa Fase 1 (1500 MW), central de Cahora Bassa norte (1245 MW), Lupata (600 MW), Boroma (200 MW) e Alto Malema (60 MW).

"Vamos promover a construção de linhas, de transporte de energia, resilientes às mudanças climáticas em Tete, Inhambane, Maputo província, Inhambane, Gaza, Sofala, Nampula, para além da linha de transporte ligando Moçambique e Malawi", revelou a ministra.



GOVERNO CEDE MANUTENÇÃO E GESTÃO DE ESTRADAS A EMPRESAS PRIVADAS



O Governo decidiu ceder certos troços das principais estradas nacionais a empresas privadas de modo a que estes façam a respectiva gestão e manutenção por um período de cinco anos.

É uma medida enquadrada nas Parcerias Público-Privadas (PPP), que se entende que vai permitir a valorização e rentabilização dos investimentos feitos pelo Governo na construção das rodovias. Trata-se dos troços Xai-Xai/Chissibuca, em Gaza, um percurso de 95 quilómetros; Chissibuca/Lindela (131 km); Lindela/Pambara (247 km),

na Estrada Nacional Número 1, no sul do país.

Na região centro vão ser concessionadas as estradas N260, no troço Chimoio/Espungabera, com 260 quilómetros, na província de Manica; N301, entre Matambo e Songo (120 km), na província de Tete. Na Estrada Nacional Número 1 serão cedidos a privados os troços Namacurra / Nampevo (140 km); Nampevo /Rio Ligonha (223 km) e a estrada N11, Mocuba/Milange (194 km), isto na província da Zambézia.

No norte do país estão contabilizadas os troços Rio Ligonha/Nampula, com 100 quilómetros; Namialo/Rio Lúrio

(149 km); Pemba/Montepuez (204 km), na estrada N14; Macomia/Oasse/Mocímboa da Praia (144 km) e Mocímboa da Praia/Palma.

Para o efeito, a Administração Nacional de Estradas (ANE) lançou, em Outubro passado, um concurso público para a contratação de empresas interessadas, que já devia ter vencido, mas a pedido dos concorrentes o prazo de entrega da documentação foi estendido por mais dez dias, conforme referiu há dias o respectivo director-geral, Marco Vaz dos Anjos.

A fonte salientou que ao todo são 45 concorrentes que solicitaram a extensão do prazo

da entrega dos documentos por causa de alguns aspectos organizacionais.

Explicou que um dos princípios deste concurso é priorizar as empresas nacionais na gestão destes troços, desde que ofereçam condições favoráveis.

Referiu que em caso de incumprimento do estipulado nos contratos pelas empresas a que as vias serão concessionadas, a ANE tem a prerrogativa de cancelar o contrato e reaver a estrada antes do término do prazo.

DISPONÍVEIS 1,7 MIL MILHÕES DE METICAIS PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

A ANE dispõe de 1,7 mil milhões de meticais para a manutenção de rotina de toda a rede nacional de estradas classificadas durante o presente ano, segundo revelou Irene Langa, directora de Manutenção de Vias.

A fonte, que falava há dias durante a visita do Presidente da República, Filipe Nyusi, ao Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos e instituições tuteladas e subordinadas, explicou que o valor vai ser aplicado numa extensão de cerca de 15 mil quilómetros de estradas localizadas em áreas com potencial agrícola.

Essa manutenção consistirá, sobretudo, no tapamento de buracos e no trabalho de monitoria das obras de emergência, como é o caso de estradas em vias de se danificar em caso de ocorrência de cheias ou inundações, isto é, manutenção preventiva.

São actividades menos onerosas que a reabilitação, que exige intervenções mais profundas, tais como a reposição de infra-estruturas destruídas.

Aliás, referiu que o montante recebido este ano é inferior ao alocado em 2016, que esteve na ordem de 2,9 mil milhões



A concessão de estradas tem em vista garantir durabilidade

de meticais, cobrindo cerca de 13 mil quilómetros de estradas classificadas.

Dados em nosso poder indicam que neste momento a ANE tem alguns projectos considerados prioritários no país, de estradas em vias de asfaltagem ou com o trabalho já em curso, como são os casos de Lichinga/Massangulo, cujo arranque das obras está previsto para Abril do presente ano. Ao todo, vão ser aplicados 14 milhões de meticais para reassentamento.

Para o troço Massangulo/Muita/Cuamba, o contrato com o empreiteiro foi assinado a 17 de Fevereiro e já iniciou o processo de mobilização do equipamento. As obras deverão terminar em 2019.

Para a província de Cabo Delgado, a ANE tem como prioridade a asfaltagem da estrada Mueda/Negomano, cujo acordo para financiamento já foi celebrado com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no valor de 60 milhões

de dólares norte-americanos, estando-se à espera do lançamento do concurso para a contratação do empreiteiro.

Na estrada Montepuez/Ruaça foram asfaltados 27 quilómetros; no troço Montepuez-Balama rescindiu-se o contrato com o empreiteiro por mau desempenho. Neste momento está em curso um trabalho para a contratação de um novo empreiteiro que vai completar os restantes 108 quilómetros.

IGT RECUPERA 281 MILHÕES DE METICAIS DEVIDOS AO INSS

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS), através da Inspeção-Geral do Trabalho (IGT), recuperou, em 2016, no âmbito da cobrança de dívidas 281 milhões de meticais de empresas e instituições que descontaram nos seus trabalhadores e não canalizaram ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). Do montante, 21 milhões foram reavidos por via dos órgãos de justiça, nomeadamente a Procuradoria da República, Tribunais comuns e o Juízo das execuções fiscais.

Através das cobranças extra-

judiciais, ou seja, de acordos da amortização da dívida e das notificações aos devedores, foram recuperados perto de 260 milhões de meticais. Trata-se de dinheiro que tinha sido descontado nos salários dos trabalhadores e não canalizado ao Instituto Nacional de Segurança Social, segundo obriga a legislação laboral em vigor. Parte do dinheiro foi entregue, voluntariamente, pelos próprios devedores, um feito amplamente elogiado pelo Governo através do MITESS, tendo em conta que tal revelou um espírito de humanismo e solidariedade dos

mesmos para com os trabalhadores e os seus dependentes.

Com o dinheiro recuperado viu-se reforçada a capacidade de actuação do INSS, no âmbito das suas obrigações sociais, portanto, a razão da sua existência, pois, tal vai permitir que a instituição cumpra com as diferentes prestações que tem no seu leque de assistência, com destaque para o pagamento de pensões.

O montante global recuperado estava nas mãos de 6.088 contribuintes devedores, espalhados pelo país.

A IGT e outros sectores do MI-

TESS, incluindo diferentes actores do mercado de trabalho, como são os casos dos parceiros sociais (empregadores e sindicatos) têm levado a cabo acções de sensibilização sobre os efeitos sociais negativos que a não canalização, ao sistema nacional da segurança social desses descontos salariais, causa aos trabalhadores e seus dependentes. Trabalhos inspectivos e visitas a empresas e outras unidades de produção, levados a cabo pela IGT e pelo INSS, têm resultado na localização e recuperação de montantes que são devidos ao sistema de segurança social.



Arrecadação de receitas

AT APOSTA EM AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO



Amélia Nakhare não quer desculpas para incumprimento de metas

A Autoridade Tributária de Moçambique vai privilegiar acções de fiscalização e auditoria, tanto nos impostos internos como nos externos, para alcançar as metas de arrecadação de receitas definidas para o presente ano, na ordem de 186,3 mil milhões de meticais. Para o efeito, foi aprovada se-

mana passada a estratégia de operacionalização das auditorias e fiscalização em todo o país. O acto teve lugar no distrito da Moamba, província de Maputo, onde se realizou um retiro envolvendo funcionários da AT para analisar o desempenho da instituição no ano passado (2016) e operacionalizar as decisões tomadas aquando da realiza-

ção da Reunião Nacional de Planificação das Actividades para 2017.

Falando na abertura do encontro de dois dias, a presidente da AT, Amélia Nakhare, destacou o empenho no ano passado, em que, apesar das adversidades, a receita atingiu 176,8 mil milhões de meticais, contra o planificado de 175 mil milhões.

"Nós tivemos um ano difícil, mas um ano de júbilo. E isso deveu-se ao esforço de cada um", - realçou Nakhare, defendendo que "este ano a administração tributária tem um desafio ainda maior do que teve no ano passado, e em semelhantes condições, embora a economia moçambicana esteja a demonstrar alguma resiliência aos choques de diversa ordem".

Para a responsável, não há desculpas para os colectores de imposto, mesmo que a conjuntura não seja das melhores.

"Nós não temos espaço para repouso. Devemos estar

prontos para redobrar esforços e fazer face às exigências do país", - referiu.

Entretanto, para os fiscalistas, existem grandes desafios na busca de fontes inovadoras de receitas, na captação de potenciais contribuintes que se encontram fora do sistema formal e no combate ao crime de natureza fiscal.

No retiro da AT, foram debatidos vários temas com destaque para o "Enquadramento fiscal das operações das sucursais"; "Gestão da dívida tributária"; "Tributação do sector do Turismo"; "Benefícios fiscais", entre outros.

Igualmente, o evento foi uma oportunidade para fazer o balanço da campanha "Ano IVA", 2016, em que a fiscalização à facturação constituiu um dos principais pilares da administração tributária, para além de colmatar as suas fragilidades, com vista a alcançar melhores resultados durante a continuação da sua implementação no presente ano.

DESTACAMENTO FEMININO CELEBRA 50 ANOS DA SUA CRIAÇÃO



Lambo lançou as comemorações dos 50 anos da DF

O Destacamento Feminino assinala, no próximo dia 4 de Março, o 50.º aniversário da sua criação, um acto que vai ser marcado por diversas actividades culturais, políticas, desportivas e científicas em todo o país.

O 4 de Março marca a ida das primeiras 25 mulheres jovens ao Centro de Preparação Político-Militar de Nachingwea, na República da Tanzânia, para se juntar à Frente de Libertação de Moçambique, idas da província de Cabo Delgado.

Falando esta segunda-feira no lançamento das festividades desta efeméride, que se celebra sob lema "50 anos celebrando a participação activa da mulher

moçambicana na libertação e desenvolvimento do país", o ministro dos Combatentes, Eusébio Lambo, afirmou que se trata do momento mais alto de exaltação da emancipação e de autodeterminação da mulher moçambicana, marcada pela sua inserção no processo da luta de libertação nacional e no desenvolvimento sócio-económico do país.

"As celebrações desta data consagram o desempenho do Destacamento Feminino como um exemplo de patriotismo da mulher moçambicana e líder visionária que assumiu um papel de vanguarda no campo sócio-político, através da mobilização da sociedade para aderir à causa da libertação, produção de alimentos para

o avanço da luta, transporte de material, educação, saúde e cuidados da criança em infantários", - explicou o governante, exortando para que se faça desta celebração um marco histórico.

"Vamos todos participar na grande festa dos 50 anos do Destacamento Feminino, da emancipação da mulher moçambicana, sem discriminação racial, de filiação partidária, origem social, crença religiosa, idade e grupo étnico. Vamos todos participar com entusiasmo, solidariedade e sentido patriótico neste evento de exaltação e valorização da nossa história", - exortou Lambo.

Maria Estêvão Machubo, uma das combatentes de libertação

nacional e que faz parte do movimento de Destacamento Feminino, contou a sua experiência de participação neste processo.

Explicou que antes de ingressar nas fileiras da Frente de Libertação Nacional organizava o povo para se beneficiar da alimentação nos distritos de Mueda e Mocimboa da Praia, em Cabo Delgado, até que a 15 de Fevereiro de 1969 foi levada para o quartel de Nachingwea para participar nos treinos militares.

Em 1975, após o Governo de Transição, foi transferida pelo antigo ministro da Defesa, Alberto Chipande, para o Hospital Militar de Maputo, onde cuidou de doentes até 1992, ano da sua reforma.



PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
Nº 780, 1º andar
email: jornalmoçambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo Nº 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinques, Líria Mucare, Leonildo Balango

Revisão: Samuel Malumbe

Maquetização: Januário Magaia



ENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS MELHORA RECOLHA DE LIXO EM MAPUTO



Diversos bairros da cidade de Maputo registam melhorias na limpeza com o envolvimento de cooperativas e associações que promovem a recolha de lixo nas zonas residenciais, sobretudo na periferia, como nos bairros de Hulene, Maxaquene, Xipamanine, Magoanine, entre outros.

Criadas maioritariamente nos próprios bairros, as cooperativas ou associações, que por via de contratos com o Conselho Municipal de Maputo (CMM) recebem fundos mensais para o seu funcionamento, no âmbito da taxa do lixo, recolhem o lixo do interior dos bairros, com recurso a carrinhas de mão, vulgo "txovas", para as principais vias onde estão colocados contentores, que

depois são retirados com alguma prontidão para a lixeira de Hulene.

Neste momento, a iniciativa abrange 44 bairros e está a ser descrita como de sucesso pelas autoridades municipais. Segundo o director de Gestão de Resíduos Urbanos e Salubridade no CMM, João Mucavel, estas cooperativas funcionam nos bairros suburbanos, enquanto na zona urbana a recolha de resíduos sólidos é feita pela EnviroService, empresa sul-africana de salubridade que recolhe os 170 contentores espalhados pela cidade para a lixeira de Hulene.

Em média, segundo a fonte, o município gasta mais de 20 milhões de meticais para pagar os operadores privados, um valor correspondente a 12.5 por cento da taxa do lixo.

"Para o mês de Abril teremos

uma grande conferência internacional sobre a gestão de resíduos, em que deverá ser lançada a Organização Nacional dos Gestores dos Resíduos, como também teremos grandes celebrações dos 130 anos da cidade de Maputo" - salientou.

Para a edilidade, a problemática de acumulação de resíduos sólidos já está resolvida, mesmo com o aumento da produção de lixo, para além do funcionamento deficitário da lixeira de Hulene, cuja capacidade de acolhimento de resíduos sólidos está esgotada. Estimativas da edilidade indicam que por dia são produzidas na capital do país cerca de 1100 toneladas de lixo e o município consegue recolher uma média de 900 toneladas.

De acordo com Bernardo Matsinhe, presidente da

Associação Sociedade e Filhos, que opera no bairro Ferroviário há 5 anos, a ideia da criação de cooperativas para recolha de lixo urbano é positiva, uma vez que permite dar emprego às pessoas e melhorar o ambiente nos bairros.

Para o caso da associação que dirige estão a trabalhar 34 pessoas, a maior parte jovens e desempregados que, todos os dias, das 7 às 12:00 horas, recolhem lixo no bairro. O material para recolha do lixo é levantado na sede da associação.

De referir que, há mais de 4 anos que as autoridades municipais estão a consolidar esta estratégia de gestão de resíduos sólidos com a abertura de espaços para a concessão da gestão de lixo a privados, neste caso associações.

Para se reerguer do “Dineo”

INHAMBANE NECESSITA DE MAIS DE 1 BILIÃO DE METICAIS



PM em visita Província de Inhambane

A província de Inhambane precisa de pouco mais de 1 bilião de meticais para se reerguer dos danos provocados pelo ciclone tropical Dineo, que abalou aquela parcela do país no dia 15 de Fevereiro.

Esta informação foi avançada por Daniel Chapo, governador da província de Inhambane, à margem do informe apresentado ao primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, no âmbito da visita que efectuou àquele ponto do país para se inteirar dos danos provocados pela tempestade tropical Dineo.

Em termos de danos, foram contabilizados sete óbitos, 51 feridos ligeiros, quatro graves e estima-se que foram afectadas 652 mil pessoas nas cidades de Inhambane e Maxixe e nos distritos de Morrumbene, Massinga, Jangamo, Zavala, Inharrime, Panda, Vilankulo, Funhalouro, Mabote e Homoine.

Das perdas, o sector da Educação foi o mais assolado, tendo perdido 1.726 salas de aula que ficaram total ou parcialmente destruídas, o que implicou a paralisação de aulas, afectando cerca de 160 mil alunos e 5500 professores.

“Paralisámos as aulas como uma medida de prevenção, o que teve efeitos positivos porque, se o vendaval acontecesse com as crianças na escola ou no período laboral, teríamos registado muitas mortes” - avançou Daniel Chapo, salientando que, por exemplo, nenhum aluno foi ferido ou morto por consequência da intempérie.

Também foram contabilizados 72 unidades sanitárias, 770 casas de particulares, 48 postes de electricidade e três torres de comunicação.

Na área agrícola foram perdidas 29.171 hectares de culturas diversas e 137 mil árvores de fruta diversa.

Num outro desenvolvimento, o chefe do Executivo de Inhambane referiu que o distrito da Maxixe foi o único que estabeleceu três centros de acolhimento transitório, especificamente no Instituto de Formação de Professores de Chicucque, Motel Palmar e na Escola Primária Completa de Mawewe, com 274 famílias, o que corresponde a 945 pessoas. Com o abrandamento dos ventos fortes as pessoas voltaram às zonas de residência.

“O que nos deixa tranquilos é que as famílias já estão a voltar às suas casas por-

que os ventos fortes pararam” - disse o governador de Inhambane.

Para além da destruição de infra-estruturas, a província registou perda de cerca de 30 mil hectares com milho, feijão-nhemba, mandioca, hortícolas, na fase da maturação vegetativa e frutífera.

Entretanto, o primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, encorajou o Governo da província de Inhambane a continuar com a tomada de medidas para que a vida volte à normalidade, tendo apelado para a reparação célere de bens imprescindíveis para o retorno normal da vida, como pontes, estradas, escolas e outros. Carlos Agostinho do Rosário chegou a Inhambane no último domingo, tendo visitado alguns locais afectados pelo ciclone Dineo, nomeadamente as escolas secundárias de Muelé, Samussone Paindane e 25 de Setembro, que perderam o tecto devido aos ventos fortes.

No segundo dia, o PM escalou sucessivamente os distritos da Massinga, Morrumbene e Maxixe, onde aferiu o nível de destruição de infra-estruturas públicas. Na cidade da Maxixe, Agostinho do Rosário instou o Governo provincial a acelerar a colocação de uma ponte provisória de



modo a evitar perdas humanas. É que, segundo o dirigente, neste momento a travessia não oferece segurança.

"Temos de arranjar uma saída urgente de modo a evitar o pior porque assim, não dá. As pessoas podem escorregar e cair dentro da água. Enquanto esperamos pela reposição da plataforma, podemos fazer uma ponte alternativa de modo a garantir mínimas condições de travessia para os cidadãos", - apelou o governante.

Na altura, o Governo local garantiu que em 18 dias seria montada uma ponte provisória com recurso a material local de modo a permitir melhor

atracagem de barcos.

O PM disse ainda em Inhambane que, apesar de os ventos terem sido fortes, a fraca qualidade das obras também influenciou muito para os danos verificados, principalmente nas infra-estruturas do Estado.

"Alguma coisa deve ser feita para que as nossas infra-estruturas sejam de maior qualidade porque estamos na zona costeira e propensa a intempéries, e se elas não tiverem a devida qualidade teremos sempre esses problemas", - disse, apelando aos fiscais de obras para serem mais rigorosos no cumprimento das suas tarefas.

Falando em conferência de imprensa no final da visita, o governante manifestou satisfação pelo facto de tanto as autoridades locais assim como a população já estarem a trabalhar na reconstrução e reposição das perdas.

Defendeu que o Governo provincial deve trabalhar obedecendo a prioridades, nomeadamente criar condições para o rápido retorno às aulas nas escolas afectadas, mas também a alocação de sementes à população para repor as culturas perdidas.

"Também temos de assegurar água e saneamento para evitar a eclosão de doenças. E a província é capaz de fazer isso

com recursos locais" - explicou o governante, salientando que as autoridades, ao nível central, também estão a trabalhar para mobilizar fundos para a reconstrução de infra-estruturas nas zonas afectadas.

Nos distritos afectados pelo ciclone Dineo, as aulas estiveram paralisadas desde quarta-feira e aventa-se a hipótese de algumas escolas retomarem as suas actividades ainda esta semana. Mas outras não irão reiniciar as aulas devido à destruição total das salas de aula, estando condicionadas à disponibilização de tendas.

Para flexibilizar ambiente de negócios no país

GOVERNO EMITE VISTOS DE ENTRADA EM 58 POSTOS FRONTEIRIÇOS

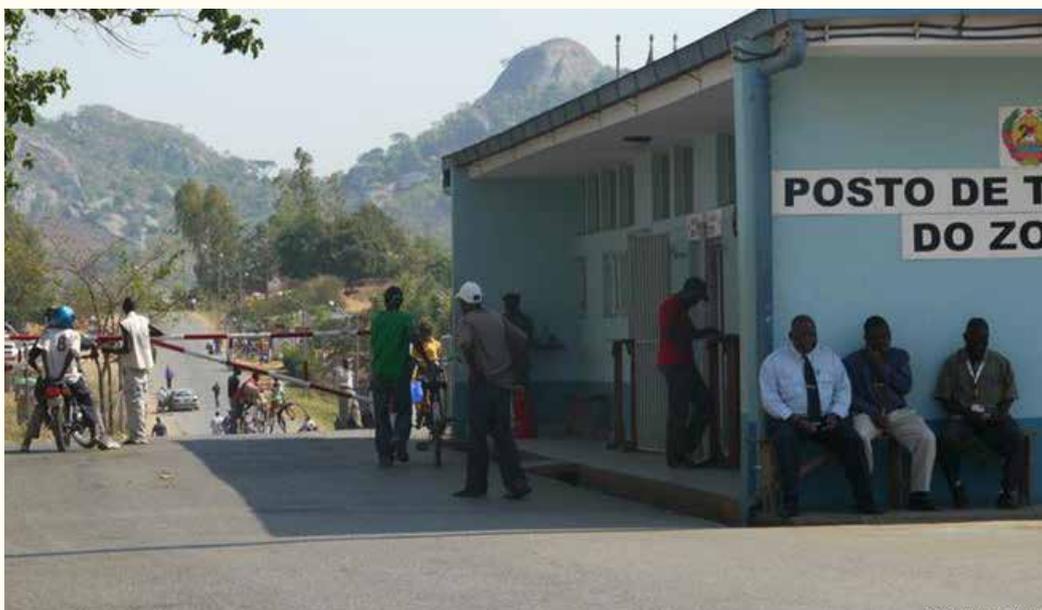
Para imprimir cada vez mais melhorias no ambiente de negócios e atracção de turistas, o Governo criou três novos vistos biométricos de entrada em Moçambique a serem emitidos em 58 postos de fronteira, localizados nas várias províncias. Trata-se do Visto do Investidor, de Fronteira ou de Turistas e o Visto de Transbordo de Tripulantes. A medida visa atrair mais investidores e turistas para o território nacional e flexibilizar as suas actividades.

Para o efeito, os postos de fronteira devem estar habilitados a emitir estes documentos numa acção monitorada e coordenada pelo Ministério do Interior, em observância a um diploma legal específico.

Estas informações, tornadas públicas semana passada, fazem parte das políticas migratórias que se cruzam com a estratégia do Governo de impulsionar o turismo em Moçambique, assumida como uma das áreas fundamentais para alavancar o desenvolvimento económico do país.

"Habilitar postos de travessia para emitir visto de fronteira é criar facilidades de entrada, tornar o país apetecível e daí atrair divisas que tanto precisamos para a economia nacional" - explicou Joaquim Bule, assessor do ministro do Interior.

A facilidade que o Governo cria para flexibilizar negócios em Moçambique, associada às políticas migratórias vai, segundo a fonte, implicar a revisão do regulamento da Lei 5/93 que estabelece o regime jurídico do cidadão estrangeiro, "sempre com enfoque para atrair mais turistas e investidores. Preconiza-se que se legalize um visto que carregue



Mais postos de fronteiras vão emitir vistos no País

consgo privilégios para todos os interessados em fazer turismo e negócios, em condições adequadas, sem constrangimentos" - explica Bule. Recorde-se que em 2014 o Governo reviu o regulamento do regime Jurídico de Cidadãos Estrangeiros em Moçambique, que determina as condições de entrada, permanência e saída de expatriados do território nacional. Nesse exercício, criou-se o Visto do Investidor, específico para aqueles que têm projectos de investimento e que responde a dois requisitos essenciais: conforto e segurança dos investidores internacionais.

O Visto do Investidor habilita os cidadãos estrangeiros a permanecerem no país, com possibilidade de renovação até que consigam estabelecer o seu projecto de investimento.

O Visto de Fronteira, específico para a área de turismo, concede única entrada aos estrangeiros. Portanto, se o turista entra, por exemplo, pela fronteira da Namaacha e, através do posto da Ponta de Ouro retorna a África do Sul, querendo

voltar a Moçambique teria que reemitir outro visto de entrada em pouco tempo.

"Temos que encontrar formas de incentivar os cidadãos a descobrirem o nosso país com segurança jurídica" - observou Bule.

O Visto de Transbordo de Tripulantes, virado essencialmente para o transporte marítimo e aéreo, também carece de melhorias sobretudo na desburocratização do desembarque e a chegada de investidores aos seus postos de trabalho.

Portanto, o Governo, através do Ministério do Interior, vai concedendo todo um conjunto de facilidades a todos aqueles que se fazem ao país para investir, gerar riqueza, criar empregos necessários para o desenvolvimento económico e social.

Aliás, quando se fala de ambiente de negócio e atracção turística em Moçambique é preciso ter em conta as facilidades de acesso, inserção, locomoção, segurança, contribuição de investidores, entre outros pressupostos que ofe-

recem a segurança, estabilidade e conforto ao investidor. Desde 2005, o país contava com 26 postos fronteiriços distribuídos pelas 11 províncias que já emitiam vistos biométricos de fronteira. A partir deste ano de 2017, o número de postos subiu para 58. Todavia, 44 postos de travessia é que estão habilitados com condições técnicas, materiais e humanas para a emissão de único visto biométrico, enquanto se criam condições para as restantes 14 fronteiras, também distribuídas pelas 11 províncias.

Assim, a província de Tete, dadas as suas características geográficas - faz fronteira com Zimbabue, Malawi e Zâmbia - vai ter 10 fronteiras, portanto acresceu mais cinco. Niassa, Cabo Delgado e Nampula terão, cada uma, cinco fronteiras. Sofala Manica e Gaza terão três fronteiras. Sofala, Inhambane e cidade de Maputo terão duas fronteiras cada e Maputo província emitirá visto biométrico em quatro postos de travessia.